

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE - CONSEMA

Aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e um realizou-se a Trigésima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Cap. Florinaldo Pereira Damasceno**, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Sr. Flávio Lewgoy**, Representante Titular da AGAPAN; **Sr. Alexandre Bugin** e **Sr. Ricardo Litwinski Süffert**, Representantes Titular e Suplente, respectivamente, dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Carlos Guedes**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Antenor Pacheco Netto**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Luiz Oscar de Mello Becker**, Representante da Secretária de Energia, Minas e Comunicações; **Sra. Carmen Silvia Gomes**, Representante da Secretária da Saúde; **Sra. Raquel Feiden**, Representante da Secretária de Educação; **Sra. Carla Maria Pires Rangel**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. Jackson Müller**, Representante Suplente da FAMURS; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante Titular do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Renzo Alberto Guillermo Bassanetti**, Representante Suplente do DEFAP; **Sr. Fernando Petersen Júnior**, Representante Suplente da Sociedade de Engenharia; **Sr. Cláudio O. Liberman**, Representante Titular do IBAMA; **Sra. Miriam Benício Fonseca**, Representante Suplente do Centro de Biotecnologia; **Sr. David Edson Maciel Barros**, Representante Titular do SINDIÁGUA; **Sr. Francisco Leandro Soares Fuchs**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Cláudio Roberto Bertoldo Langone**, Secretário Estadual do Meio Ambiente e Presidente deste Conselho; **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva**, Representante da FEPAM e Secretário Executivo. Participaram também o Sr. Gustavo de Moraes Trindade, Assessor Jurídico da SEMA, Sra. Maria Dolores Pineda, Diretora Técnica da FEPAM, Sr. Sérgio Cardoso, Sr. Arno Leandro Kayser, Movimento Roessler, Sra. Lúcia Schild Ortiz, Núcleo Amigos da Terra Brasil, Sr. João Antônio Bordin, Prefeito de Marau, Sr. Julimar Zanin, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente de Marau e Sr. Eugênio Spengler, SEMA. Após a assinatura do Livro de Presenças, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos. **Sr. Presidente:** boa-tarde a todos. Falta ainda a presença de um conselheiro para o *quorum*, vamos dar início à reunião, a gente aguarda a chegada, e temos condição regimental de instalar a reunião. Quero saudar a todos os conselheiros, dando os votos de bom ano-novo atrasado. Nossa reunião de hoje tem uma série de pontos, alguns deles resolutivos e que necessitam de pouco tempo de apreciação. Ordem do Dia: **01 – Aprovação da Ata da 29ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 02 – Relato sobre a situação atual das termoeletrica do Estado; 03 – Definição do processo e cronograma de eleição para a Presidência do CONSEMA; 04 – Calendário de Reuniões 2001; 05 – Balanço da CONFEMA.** Perguntamos aos senhores conselheiros se há alguma observação sobre a Ordem do Dia. Temos uma proposta de alteração de pauta, face a impossibilidade da Dra. Dolores, que vai fazer a apresentação do ponto 02, passando então o ponto 03 – Definição do Processo e Cronograma de eleição para a Presidência e o ponto 04 – Calendário de Reuniões 2001, passando o ponto 02 – Relato sobre a situação das termoeletricas do Estado para o quarto ponto de pauta. Vamos dar início a Ordem do Dia. Em apreciação a Ata da 29ª Reunião Ordinária do CONSEMA. A palavra está aberta. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** Sugiro algumas modificações. **Sr. Presidente:** Vamos considerar incorporadas as alterações, destacando que os dois pontos sobre falas que não são do conselheiro, onde o texto não está inteligível que sejam ativados os autores para resgatar o sentido original da frase nos dois pontos que ficaram sem um entendimento claro. Podemos considerar aprovada a Ata com as modificações sugeridas pelo conselheiro Pacheco. **(APROVADA).** Vamos passar ao primeiro ponto da Ordem do Dia, com a inversão aprovada, que é: 03-Definição do Processo e cronograma de eleição para a Presidência do CONSEMA. Como todos sabem, a Lei que cria a Secretaria previu a eleição do Presidente pelos membros do Conselho

50 e o nosso Regimento Interno, publicado no segundo semestre de 2000, detalhou um pouco mais esse
51 processo e o regramento da eleição. Estamos, então, colocando na pauta esta definição do processo
52 em função de que é preciso que esse processo seja feito por meio de uma sessão extraordinária do
53 Conselho. E nós precisamos definir alguns procedimentos, abrindo o processo que vai-nos levar a
54 eleição do Presidente do Conselho. O Dr. Gustavo Trindade elaborou uma pequena minuta de
55 Resolução, que está sendo distribuída aos conselheiros, é uma bastante simples, e vou pedir ao Dr.
56 Gustavo que faça a apresentação da mesma. **Sr. Gustavo de Moraes Trindade:** boa-tarde a todos.
57 O procedimento da eleição é simples. O art. 11 diz: “A Presidência do Conselho será exercida por
58 conselheiro eleito entre os representantes do CONSEMA; Parágrafo 1º – Na ausência do Presidente
59 e do seu substituto, o Conselho será presidido pelo Secretário Executivo; Parágrafo 2º – A
60 Presidência do CONSEMA terá mandato de dois anos; Parágrafo 3º – A eleição será realizada em
61 sessão extraordinária convocada para esta finalidade; a escolha se dará por maioria simples dos
62 votos, com quórum de dois terços dos conselheiros”. Ou seja, é necessária a existência de uma
63 reunião extraordinária, com a presença mínima de vinte conselheiros, ou seja, 2/3 do Conselho e,
64 havendo maioria simples dos votantes, ter-se-á eleito o Presidente do Conselho. Visando esta
65 eleição, elaboramos uma proposta de Resolução, onde criar-se-ia uma **Comissão Eleitoral** que teria,
66 basicamente, três competências: **marcar a data da reunião extraordinária para a eleição;**
67 **disciplinar como vai-se dar a votação, se vai ser uma votação secreta ou uma votação aberta;**
68 **definir os prazos para inscrição dos candidatos à Presidência, bem como se responsabilizar**
69 **pela apuração dos votos desta eleição.** Sugerimos um prazo de **três meses** para a finalização
70 desses trabalhos. Isso em resumo, é a proposta desta Resolução que vocês receberam. A Comissão
71 Eleitoral seria composta por três representantes do CONSEMA. **Sr. Presidente:** Em discussão.
72 Quero informar, enquanto não temos inscrições, que está sendo distribuído a todos os conselheiros o
73 Relatório de Atividades do Ano de 2000, com todas as Resoluções aprovadas no Conselho e
74 também, conforme assentado na última reunião, está sendo distribuído em anexo, uma Tabela de
75 Comparecimento de todas as instituições nos anos de 99 e 2000, solicitação essa feita pelo
76 conselheiro Flávio Lewgoy. A idéia é de uma Resolução simples que cria uma Comissão
77 responsável por encaminhar o processo. Estamos trabalhando com um prazo de três meses, o que
78 significa que a eleição seria em março, como temos o calendário cheio, dando o prazo para a
79 publicidade do início do processo, os procedimentos legais, a eventual inscrição de candidatos e,
80 numa sessão extraordinária, em março, nós realizarmos a eleição. Alguma proposição modificativa
81 em relação ao texto da minuta? A proposição seria aprovar o texto da minuta e logo, na seqüência,
82 definir as entidades. Pela manifestação do Plenário, podemos considerar **aprovado o texto da**
83 **Resolução.** Passamos a discussão sobre a composição da Comissão Eleitoral. Não temos uma
84 proposta prévia. A nossa proposta original seria uma Comissão de três membros, basicamente, para
85 que ela tenha a agilidade suficiente para funcionar. Com certeza, pela organização do processo, a
86 SEMA teria que estar na Comissão, em função de todas as questões estruturais, e nossa idéia é que
87 tivesse então mais duas entidades, preferencialmente resgatando um pouco da pluralidade do
88 Conselho. Vamos trabalhar por voluntariado? **Sr. Alexandre Bugin:** Qual seria o prazo? **Sr.**
89 **Presidente:** não chegamos a detalhar, pois a Comissão discutiria isso. A nossa idéia seria que o
90 processo se encerrasse em março, numa data a ser definida com a reunião extraordinária do
91 Conselho. Portanto, a Comissão trabalharia nesse período, e nós colocamos aqui um prazo de três
92 meses para, no caso de uma eventualidade, não se conseguindo fazer nesse período previsto, ter uma
93 certa folga no tempo de mandato de maneira que nós não precisássemos renovar uma Resolução
94 aqui em Plenário para resgatar a autoridade da Comissão. E sempre que a gente estabelece prazo,
95 extrapola um o período. **Sr. Alexandre Bugin:** se for para contribuir, os Comitês de Bacias
96 poderiam fazer parte, e aí poderia ser dividido entre o titular e o suplente. **Sr. Jackson Müller:** a
97 FAMURS pode participar. **Sr. Presidente:** Temos a proposição da SEMA, da FAMURS e dos
98 Comitês de Bacias. Podemos então encaminhar a **Comissão Eleitoral** com essa composição:

99 **SEMA, FAMURS, Comitês de Bacias** e, até o final dessa reunião, os próprios membros
100 combinariam a primeira reunião de trabalho, com indicativo, já para a Comissão, que venhamos a
101 realizar o processo de eleição no mês de março, indicativo a ser detalhado pela própria Comissão.
102 Passamos, de imediato, ao terceiro ponto da Ordem do Dia, que é: Calendário de Reuniões
103 Ordinárias do ano 2001. Fizemos uma proposta preliminar aqui, pegando a terceira sexta-feira de
104 cada mês, mantendo a sexta-feira à tarde para as reuniões, mesmo considerando o assunto levantado
105 no final da última reunião, sobre algumas dificuldades em relação a sexta-feira à tarde, mas
106 resgatando também que a grande maioria do Conselho, no seminário, apontou esse período como o
107 melhor e, nesse calendário indicativo não consta o mês de fevereiro para realizarmos reuniões,
108 resgatando a dificuldade que tivemos no verão do ano passado, que na prática, acabou-se tendo um
109 recesso. Mas, de parte da Secretaria e da Presidência, não há nenhuma dificuldade que venha a ser
110 incluído fevereiro se o Plenário entender que seja necessário manter também uma reunião ainda
111 nesse mês para darmos conta da pauta. A proposta seria 16 de março, 20 de abril, 18 de maio, 15 de
112 junho, 20 de julho, 17 de agosto, 21 de setembro, 19 de outubro, 16 de novembro e 21 de dezembro.

113 **Sr. Francisco Fuchs:** Sr. Presidente. Retomaria o assunto com relação a reunião na sexta-feira à
114 tarde. Temos dificuldades na sexta à tarde, por atividades no interior do Estado, principalmente, na
115 sexta e na segunda-feira, são início e final de semana, e a gente está retornando de trabalho que se
116 desenvolve no interior. E retomaria de novo, se há a possibilidade de se repensar em um outro dia
117 de semana ou somente manter na sexta-feira à tarde. Para nós e para outros é um turno de horário
118 com uma série de problemas. **Sr. Presidente:** o Plenário é soberano, e para isso estamos por aqui
119 por enquanto executando a deliberação do Seminário de Planejamento do Conselho, realizado em
120 setembro/outubro, em que se manteve a sexta-feira. Mas, já na última reunião levantou-se esse
121 assunto. O Plenário tem abertura para que seja rediscutido a partir de uma definição de maioria do
122 Conselho. **Sr. Francisco Fuchs:** em discussão do assunto sempre sextas-feiras à tarde, pela
123 dificuldade, e vejo que temos aqui algumas ausências nas reuniões, e não é por não interesse, tanto
124 do titular como do suplente de não estar presente na reunião do CONSEMA e sim pelo dia da
125 semana e turno. **Sr. Presidente:** o assunto está em apreciação. A proposição original, pela rotina
126 que vinha tendo o Conselho é para a terceira sexta-feira do mês. O calendário que aprovamos no
127 início do ano é sempre um calendário indicativo, e tivemos, em algumas situações,
128 redimensionamento de data a partir da própria análise do Conselho. O conselheiro trás para
129 discussão também o melhor dia para a realização das reuniões. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:**
130 pergunto se tem alguma razão especial de ser a terceira sexta-feira do mês? **Sr. Presidente:** não, é a
131 rotina do Conselho. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** poderia ser uma outra sexta-feira? **Sr.**
132 **Presidente:** poderia, tranqüilamente. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** só queria
133 lembrar que partiu das ONGs que as reuniões fossem às sextas-feiras à tarde, pois facilita o pessoal
134 que vem do interior. O pessoal que, normalmente, trabalha, que não trabalha na ONG, sendo sexta-
135 feira à tarde, precisa da dispensa do seu trabalho em um só dia para se locomover até Porto Alegre.
136 E se for num outro dia da semana fica mais dificultado. Esta é a razão da sexta-feira à tarde. **Sr.**
137 **Ricardo Litwinski Süffert:** faço uma colocação: de que seja na última sexta-feira de cada mês, só
138 porque eu tenho um outro compromisso na terceira sexta-feira à tarde. **Sr. Francisco Fuchs:** não
139 poderia ser alternado? Um mês ser na sexta, outro mês ser na quinta à tarde? **Sr. Sergio Cardoso:**
140 só gostaria de reforçar o caso da última sexta-feira, pois os eventos ocorrem durante o mês, e
141 quando chega no final do mês já se tem dados para a discussão dentro do próprio CONSEMA e
142 seria interessante deixar como reunião a última sexta-feira. **Sr. Presidente:** temos duas ordens de
143 deliberação aqui: primeiro é o nosso regime de reuniões. E trabalhamos originalmente, por definição
144 desse Conselho, com o indicativo de sempre fazer no mesmo dia, para criar uma rotina, em função
145 das dificuldades alegadas à época que isso foi discutido, há possibilidade de alternância, desde que o
146 Conselho considere que isso pode ser feito e com as sextas-feiras. Vamos então abrir para
147 proposições diferenciadas dessas, vamos ter que deliberar e esta questão antecede a seguinte que é a

148 aprovação do calendário indicativo. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** queria fazer uma pergunta, até
149 para atender a solicitação do conselheiro ali: essa questão solicitada pelas ONGs ainda é válida? A
150 questão de ter que ser a sexta-feira de tarde em função de viagem de conselheiros do interior? **Sra.**
151 **Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** olha. Hoje estamos só com uma entidade do interior
152 mesmo, que é o CEA, que não está aí. E teria que ver a dificuldade com essa ONG. **Sr. Antenor**
153 **Pacheco Netto:** faço essa pergunta, pois a gente se prende. E todo mundo acha que sexta-feira de
154 tarde não é um boa data, e sempre se tem o argumento que é pelas ONGs do interior. E a gente
155 nunca avança nessa questão e as manifestações seguem. **Sr. Alexandre Bugin:** acho que o
156 questionamento do Pacheco é válido e até mesmo que sempre se questiona o fato da questão do
157 quórum. A partir das 16h, 16h30min na sexta-feira, e então, proporia, até nesse ano de 2001, que
158 nós fizéssemos até uma avaliação, e alternássemos um mês na sexta e outro mês na quinta, e aí
159 poder-se-ia ter uma avaliação se realmente a sexta-feira é complicador em termos de quórum, e se é
160 complicador para as pessoas estarem aqui, e teríamos condição de fazer até essa avaliação. Acho
161 que a proposta de alternância deste ano seria uma forma até de nós avaliarmos qual o melhor dia
162 mesmo, se é quinta-feira ou sexta-feira. **Sr. Flávio Lewgoy:** realmente, lembro-me que houve uma
163 argumentação dos companheiros de ONGs do interior. Devido ao fato que eles trabalham, a sexta à
164 tarde apresentaria vantagem. Inclusive, havia sextas-feiras em que tinha reunião pela manhã. Então,
165 não é tão incomum. Tinha uma comissão pela manhã e reunião do Plenário. E parece que esses
166 companheiros não se encontram nesse momento, mas eles certamente vão comparecer durante o ano
167 aqui. Hoje é 05 de janeiro, uma reunião realmente nos primeiros dias do ano. **Sr. Jackson Müller:**
168 já há alguma consideração a respeito das Câmaras Técnicas permanentes em função de datas de
169 reuniões no sentido de tentar fazer essa aproximação, e nós tínhamos a Câmara Técnica dos
170 Licenciamentos, que se reunia na sexta-feira pela manhã. **Sr. Presidente:** há um indicativo que as
171 Câmaras se reúnem no mesmo dia do Conselho no turno alternado ao do próprio Conselho. Agora,
172 em função do número de Câmaras e da representação também muito diversificada de que isso
173 pudesse ser feito de maneira indicativa, é claro que tem uma certa flexibilidade aí. Mas, do ponto de
174 vista dos custos de quem se desloca do interior, isso é absolutamente importante, a pessoa vem e já
175 cumpre os dois compromissos. Sem contar que, muitas vezes, as Câmaras que trazem resoluções ao
176 Plenário precisarão se reunir imediatamente antes da reunião de Plenário para ultimarem os seus
177 pareceres e deixarem os assuntos prontos para entrar em pauta. A proposição trazida pelo
178 conselheiro Bugin propõe uma experiência de alternância, que seja um mês na quinta-feira, no mês
179 seguinte na sexta-feira. E temos então a proposição original e a proposição de alternância. Há mais
180 alguma sugestão? **Sr. Francisco Fuchs:** acompanhamos a proposição do conselheiro Bugin. **Sr.**
181 **Presidente:** podemos aprovar, então, que as reuniões nesse ano teriam essa experiência da
182 alternância nas **quintas-feiras** e **sextas-feiras**, variando de mês a mês. A segunda questão que
183 gostaríamos de colocar em apreciação é que a proposição original não prevê reunião em fevereiro.
184 Nós legalizamos um recesso em fevereiro aqui, e queremos consultar os conselheiros se entendem
185 que há necessidade de manter a reunião no mês de fevereiro. **Sr. Flávio Lewgoy:** o calendário,
186 digamos, prático, prevê ausência maciça de conselheiros no mês de fevereiro. E não é por outra
187 motivação. **Sr. Presidente:** é uma legalização do recesso. Podemos trabalhar com o não-
188 agendamento de reunião para o mês de fevereiro fazendo, na média, uma reunião mensal até o final
189 do ano, e aí nós podemos começar na quinta-feira, dia 15 de março, fazemos a primeira na quinta e
190 aí alternadamente. Há a proposta do Ricardo que fosse na última semana do mês. **Sr. Ricardo**
191 **Litwinski Süffert:** se bem que se fizer recesso em fevereiro vão ficar praticamente três meses sem
192 reunião: janeiro, quase inteiro, fevereiro inteiro e março quase inteiro também. Então, a primeira
193 talvez pudesse ser em 15 de março e a partir de maio fazer na última. **Sr. Presidente:** Alguma
194 divergência em relação a isso? **Sra. Carla Maria Pires Rangel:** tenho problemas na última sexta-
195 feira do mês. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** tudo bem, retiro. **Sr. Presidente:** deixamos na
196 terceira sexta-feira do mês. **Sr. Flávio Lewgoy:** bom lembrar que cada titular tem um suplente, e

197 talvez o suplente pudesse vir. **Sr. Presidente:** ok. Vamos trabalhar com esse calendário indicativo, e
198 depois vai ser republicado, redigitado aqui, **começando na quinta-feira dia 15 de março.** **Sr.**
199 **Francisco Fuchs:** dia 20 de setembro e 15 de novembro são feriados. **Sr. Presidente:** a nossa
200 proposição objetiva seria nesses casos passarmos para a semana seguinte a do feriadão. Vão haver
201 duas datas com problemas para a conselheira Carla. É possível alternar com a suplência, Carla? **Sra.**
202 **Carla Maria Pires Rangel:** sim. **Sr. Presidente:** então, nessas duas datas coincidentes com o
203 feriados vai para a semana seguinte, conforme a lógica aprovada aqui. Face a isso, consideramos
204 encerrado esse ponto, e **APROVADO o calendário indicativo** sem prejuízo das reuniões
205 extraordinárias ou mesmo de que o próprio Conselho reveja alguma dessas datas por situações
206 excepcionais. Passamos ao próximo ponto da pauta que é: Relato sobre a situação das termoeletricas
207 do Estado. Esse assunto esteve em pauta de algumas reuniões nossas e não teve tempo hábil para ser
208 tratado, foi originalmente solicitado pela ONG Amigos da Terra, e nós entendemos passamos a
209 condução do Secretário Executivo e a apresentação por parte da Diretoria Técnica da FEPAM, Dra.
210 Dolores. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** vamos passar já de imediato para a Dolores dar um relato
211 da situação das termoeletricas no Estado. **Sra. Maria Dolores Pineda:** boa-tarde a todos. É um
212 relato mais administrativo que a gente vai fazer da quantidade da situação administrativa das
213 termoeletricas, que o difícil aqui é entrar no detalhe técnico. E já dizendo, de antemão, que maiores
214 detalhes técnicos os processos são abertos, podem ser solicitados, e não há nenhum problema deles
215 serem vistos. Nós temos hoje, no Estado, em análise, algumas já com licença, na FEPAM ou com
216 processos na FEPAM, oito termoeletricas. Dessas oito, cinco são a gás e três são a carvão. Então,
217 vou passar uma a uma a situação delas: a primeira, a termoeletrica que já possui licença, ela foi
218 licenciada pelo IBAMA, é a UTI a gás de Uruguaiana, e ela tem LP e LO e já está em
219 funcionamento. É um processo que começou em 97, e teve a primeira licença em 98, e ela já está
220 agora em funcionamento. A outra termoeletrica também com licença, não em funcionamento ainda,
221 é a UTI a gás da região metropolitana, chamada Termosul, que é na Bacia do Rio Caí. O processo
222 de licenciamento iniciou na FEPAM em 98, e em julho de 2000 foi realizada audiência pública e,
223 em 21/11/2000 foi emitida a LP. A outra termoeletrica a gás é uma solicitação, que é uma
224 termoeletrica a ser localizada no Pólo Petroquímico, que é a Termoeletrica Gaúcha. Esse processo
225 iniciou na FEPAM em agosto de 99, e está ainda em análise, não sendo emitida ainda nenhuma
226 licença. A Termoeletrica Gaúcha já teve a audiência pública em 05/12/2000 e o processo encontra-
227 se em análise, ainda não houve a emissão da LP. Deu entrada na FEPAM, uma solicitação de LP
228 para uma termoeletrica a gás, a ser localizada nas dependências da REFAP, na Bacia do Rio dos
229 Sinos. Esse pedido de licença deu entrada na FEPAM em outubro de 2000, o EIA foi apresentado
230 agora em dezembro de 2000 e encontra-se em análise, ainda. Recebemos, em dezembro, também a
231 solicitação de licenciamento para uma termoeletrica a gás a ser localizada na Bacia do Gravataí.
232 Houve uma reunião e deu uma entrada oficial, um ofício de solicitação, já foi comunicado ao
233 empreendedor a dificuldade de se pensar no licenciamento de uma termoeletrica na Bacia do
234 Gravataí onde, sabidamente, o problema do Rio Gravataí é falta de água, e a termoeletrica a gás usa
235 uma quantidade considerável de água, e já está ciente disso, mas insiste em formalizar o pedido com
236 a retirada de água no Gravataí. Estamos aguardando que entre formalmente um Termo de
237 Referência. O empreendedor é CGTE. Na realidade, é uma ampliação da NUTEPA. **Sr. Antenor**
238 **Pacheco Netto:** quantos Megawatts tanto essa quanto da REFAP? **Sra. Maria Dolores Pineda:** da
239 REFAP, são 160 Megawatts, em ciclo aberto e depois 500 Megawatts em ciclo turbinado. A da
240 NUTEPA é menos, em torno de 500 Megawatts. Não está formalizado ainda. Além dessas cinco
241 termoeletricas a gás temos, em processo na FEPAM, três termoeletricas a carvão, que são: a
242 Termoeletrica de Jacuí, Candiota e Ceival. A Termoeletrica de Jacuí é um processo antigo, mas que
243 esse ano foi reativado com a entrega de um novo Termo de Referência. Isso em janeiro de 2000, foi
244 entregue e atualizados os dados com um novo EIA/RIMA em outubro de 2000. Em 19 de dezembro
245 foi realizada uma audiência pública em Charqueadas, e estamos organizando uma nova audiência

246 pública em Porto Alegre. A previsão é que se fizesse logo após a de Charqueadas, e não foi
247 possível, e como nessa época é bastante complicado, a previsão é que se faça em março em Porto
248 Alegre para garantir a participação de todos os interessados. Então, depende ainda dessa segunda
249 audiência pública e o processo aguarda para ser analisada a possível emissão da licença ou não. A
250 usina de Candiota tem uma situação mais especial, é um licenciamento feito pelo IBAMA e é um
251 licenciamento do sítio onde se encontra a usina, não só de cada planta. Existem dois processos
252 abertos na FEPAM e, apesar de ser um licenciamento do IBAMA ele é acompanhado pela FEPAM.
253 O sítio tem uma LP emitida pelo IBAMA em 98, e a usina Candiota II, que é a que está em
254 funcionamento tem LO, também emitida pelo IBAMA, mas o controle e o monitoramento é feito
255 pela FEPAM. Além disso, está em processo de licenciamento, com o EIA/RIMA em análise, a
256 Usina de Ceival, próxima a região de Candiota. O IBAMA notificou isso, enviou o EIA/RIMA para
257 a FEPAM pedindo parecer, e nós montamos uma equipe. Está em análise o parecer, tanto pelo
258 IBAMA, quanto pela FEPAM e não há nenhuma licença emitida e nem nenhuma data de audiência
259 pública marcada. Administrativamente é isso, mais detalhes técnicos, a gente está à disposição
260 inclusive com os processos. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** obrigado, Dolores. Abrimos a palavra
261 aos conselheiros para questionamentos e esclarecimentos. **Sr. Flávio Lewgoy:** Venho
262 acompanhando há questão das termoeletricas e o impacto do carvão no meio ambiente, na saúde
263 pública já há bastante tempo, com preocupação. Estas duas, pode-se dizer novas, não existiam, não
264 são propriamente acréscimos ou modificações de antigas, elas todas padecem do mesmo problema
265 das emissões gasosas e particuladas. É claro que não se pode licenciar termoeletricas sem ter os
266 dispositivos de abatimento do particulado, e elas têm isso, mas está longe de ser satisfatório. Em
267 primeiro lugar, 99%, tanto quanto eu saiba, e aí poderiam esclarecer, é algo excepcional, e 97% do
268 abatimento por particulado, 98, está mais próximo da realidade. E se nós levarmos em consideração
269 a quantidade de resíduo não-combustível que vai gerar particulados ou metais pesados, gases,
270 óxidos de nitrogênio, de enxofre, metais voláteis como mercúrio, que não há sistema de abatimento
271 para mercúrio, selenium, ácido clorídrico, ácido fluorídrico, é uma verdadeira enciclopédia de
272 poluentes as emissões do carvão. E seria preciso uma tecnologia bem diferente desta que foi
273 adotada. Convém lembrar que esta usina de Candiota é uma usina já obsoleta há mais de dez anos.
274 Ela estava armazenada, não sei se há 15 ou 20 anos num porto francês. E houve tratativas, há alguns
275 anos, para liberar. Não sei qual o acerto que houve entre os governos francês e brasileiro. Mas seja
276 como for, é uma usina obsoleta. E, do ponto de vista ambiental, que é o que me interessa, é o que
277 interessa para este Conselho, e isso aqui é o Conselho Estadual do Meio Ambiente, é difícil da gente
278 imaginar que se possa permitir, seja quais forem as necessidades energéticas do Estado, o
279 funcionamento de mais esta termoeletrica de grande potência. Além do fato óbvio que já está
280 causando, há muitos anos, problemas no vizinho Uruguai e no nosso Estado. Temos ainda a
281 perspectiva da entrada em funcionamento, na região metropolitana, da chamada Jacuí I. Há outras
282 duas em projeto, a II e a III e padecem, exatamente, dos mesmos problemas de emissões nocivas, da
283 chuva ácida, que é causada, basicamente, pelos óxidos de enxofre e, não deixando de lembrar,
284 problemas de saúde pública causados por metais pesados, por emissões voláteis de mercúrio, e que
285 muita gente não sabe, mas em termos de emissões radioativas, as termoeletricas não perdem muito
286 para as usinas nucleares. Já há duas décadas mostravam que do ponto de vista de emissão, vejam
287 bem, emissões em funcionamento, a termoeletrica pode ser mais agravante, mais impactante que
288 usina nuclear. Não no ciclo completo, mas do ponto de vista do funcionamento. Eu, realmente,
289 gostaria de saber se a Secretaria do Meio Ambiente tem esses problemas perfeitamente apreendidos
290 e não vai haver uma tentativa de solução. E sou favorável a não-concessão de licença com a
291 tecnologia atual, tanto para Candiota, como para Jacuí I, em virtude desses problemas que,
292 absolutamente, não tem solução para esse tipo de tecnologia, sejam quais forem os dispositivos.
293 Aliás, esses dispositivos não estão muito bons, não: 97 e 98% de abatimento de particulado não é
294 muito bom, dada a quantidade enorme de carvão consumido e pode ir a 900, 1.000.000 de toneladas

295 anuais, não estou bem certo. Vou tornar a dizer, que não há dispositivo de abatimento para emissões
296 voláteis de metais pesados, como mercúrio, selênio, como óxidos ácidos que somente outro tipo de
297 tecnologia pode reduzir essas emissões. Então, como representante da AGAPAN, estou trazendo ao
298 conhecimento dos senhores conselheiros, e muitos sabem disso, que o funcionamento dessas usinas
299 não obedece a uma lógica ambiental e elas, simplesmente, vão ser nocivas, inclusive o fato da
300 entrada em funcionamento de termoelétricas a gás, que são bem menos poluentes, e que, como disse
301 a Dolores, elas dependem basicamente de haver água para a geração, pois o gás pode ser levado a
302 qualquer recanto. Então, de momento eram essas as considerações que eu tinha. **Sra. Kathia Maria**
303 **Vasconcellos Monteiro:** fizemos essa solicitação, ainda no ano passado, da inclusão desse assunto
304 na pauta do CONSEMA, pelo fato de todo o dia, quando se abre o jornal, lê-se notícias sobre
305 termoelétricas, dando como certo e seguro que elas vão ser instaladas. A notícia desta semana é que
306 os recursos para Jacuí I já estão viabilizados, esse não é o problema, e a gente entende, quando lê
307 uma notícia dessas no jornal, que se tem recursos garantidos, é porque a termoelétricas vai sair. E
308 como o Prof. Flávio disse, a gente não vê uma boa justificativa para que essas termoelétricas,
309 especialmente Jacuí I seja licenciada da forma que está. E nós pensamos também, nesse relato que
310 pedimos, que não fosse feito só um relato administrativo. Mas um relato da tecnologia utilizada, o
311 que cada uma gera de resíduos, que tipo de controle é usado, um relato técnico para que realmente
312 os conselheiros tivessem condições de analisar os riscos do licenciamento dessas termoelétricas.
313 Acho que essa questão técnica ficou faltando, o Prof. Flávio abordou isso agora de forma muito
314 rápida, mas é importante que a gente saliente à região metropolitana o que Jacuí I vai causar, e o que
315 a mais vai ser despejado na atmosfera. E com relação a termoelétrica de Uruguaiana, que é uma
316 termoelétrica a gás, a preocupação no ano passado foi que ela funcionou em caráter emergencial e,
317 até onde eu sei, o gasoduto podia fornecer gás para essa termoelétrica que não estava funcionando, e
318 nós, Amigos da Terra, ficamos na dúvida, de que material essa termoelétrica usou. Se usou gás, se
319 usou carvão, se usou óleo, o que ela usou? E como ela entrou em funcionamento emergencial sem
320 ter o licenciamento? Isso aí é uma dúvida, pois essas coisas emergenciais acabam passando. A
321 questão ambiental, a poluição não é vista, não é sentida em curto espaço de tempo, e isso pode
322 acabar virando prática, e vamos dizer que vai entrar em funcionamento em caráter emergencial sem
323 licença ambiental e com o mínimo de cuidado, quando se tem algum cuidado com os resíduos. Hoje
324 estamos aqui com a geóloga Lúcia Ortiz, ela é conselheira do Núcleo Amigos da Terra, e em alguns
325 momentos ela vai falar em nome da entidade sobre esse assunto, que é um assunto que ela
326 acompanha e conhece bastante. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** queria só complementar algumas questões
327 que o Prof. Lewgoy colocou que não é apenas a poluição atmosférica que também está relacionada
328 com as usinas termoelétricas, que geralmente se olha no EIA/RIMA esse aspecto isoladamente, mas
329 isso implica também na ampliação das áreas de mineração de carvão, afetando novas bacias
330 hidrográficas, novas regiões, às vezes afetando o uso do solo e limitando essa região, e isso não é
331 considerado no caso do EIA/RIMA da usina de Candiota I, se não me engano, seria uma ampliação
332 de 1.400.000 toneladas de carvão, e isso implica também na ampliação dessas áreas. Na região de
333 Candiota, que há vários complexos de emissões de poluentes, como existem usinas cimenteiras na
334 região, e uma usina termoelétrica que vai ser ampliada, e a ampliação de mais uma usina e mais área
335 de mineração, isso deveria muitas vezes ser olhado em conjunto e não no EIA/RIMA
336 separadamente. É um plano de desenvolvimento para aquela região e se realmente é necessário a
337 utilização do carvão, sendo que Candiota geraria 350 Megawatts a mais, sendo que as usinas a gás,
338 que não é uma tecnologia limpa, mas comparado a carvão, é muito mais eficiente, poderia gerar o
339 dobro dessa quantidade de energia, se realmente isso é necessário para o Estado, isso está em
340 prioridade e nos planos. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** consultaria o representante da Secretaria de
341 Energia, Minas e Comunicações se gostaria de falar um pouco sobre a política energética, para que
342 nós possamos fazer essa relação. Com relação a questões técnicas, Kathia, nós temos todo o
343 interesse em fazer essa discussão e, com relação a Jacuí I, a preocupação, nós já manifestamos isso

344 em outra ocasião, a preocupação é também nossa. E é importante resgatar que no ano e 96 foi
345 firmado um termo de ajustamento entre o Governo do Estado e a Eletrosul que permitia a
346 implantação da termoelétrica, mesmo assim, no ano passado, quando privatizada para a Gerasul,
347 procuraram-nos e dissemos que, independente do termo de ajustamento, a FEPAM vai fazer o
348 licenciamento de novo, vai solicitar complementações de EIA/RIMA e vai fazer audiências
349 públicas, mesmo já existindo um termo de ajustamento firmado entre o Governo do Estado e a
350 Eletrosul, ou a sua substituta. Nós tivemos o EIA/RIMA à disposição por 45 dias, não tivemos
351 nenhuma manifestação por escrito, não tivemos consulta ao EIA/RIMA à disposição aqui na
352 FEPAM. Fizemos audiência pública em Charqueadas com duzentos participantes, e cinco
353 manifestações, todas elas favoráveis à implantação da Jacuí I. Obviamente, isso é motivo de
354 preocupação para nós também que queremos, evidentemente, um debate crítico sobre a questão da
355 Jacuí I, pelas várias questões que foram levantadas aqui. Aachamos efetivamente que essa é uma
356 questão que deve ser amplamente discutida, por isso acatamos a sugestão do Prof. Lewgoy de
357 realizar uma nova audiência pública em Porto Alegre e, estamos tentando achar uma data que
358 viabilize a participação das pessoas para que não façamos mais audiências públicas em dia de Copa
359 do Mundo ou então em época de férias quando não temos mais ninguém dentro em Porto Alegre
360 capaz de fazer um debate mais crítico sobre a implantação dessa usina termoelétrica que também
361 nos preocupa. Várias modificações tecnológicas foram introduzidas, e achamos que elas devem ser
362 objeto de debate público amplo e crítico. Na questão das termoelétricas a gás temos também feito
363 um esforço para ampliar os espaços de participação, além das audiências públicas, que são espaços
364 muito limitados. Temos trabalhado, temos privilegiado, nesses debates, como fórum de discussão,
365 além das audiências públicas, os Comitês de Bacias, que foi o que aconteceu em relação a Termosul
366 instalada na Bacia do Caí. Então, podemos, sem problema algum, organizar um debate mais
367 detalhado, do ponto de vista técnico, não preparamos isso, achamos mais importante dar um quadro
368 geral do que está acontecendo no Estado em termos de solicitação de implantação de usinas
369 termoelétricas, e é importante destacar que um quadro que hoje nos preocupa também é a ausência
370 de planejamento do próprio setor elétrico com o processo de privatização. A ANEEL autoriza e o
371 risco é todo privado. É quase como um posto de gasolina, em termos de metodologia. Depois os
372 representantes me consultam, se consegue uma autorização da ANEEL e se pede a licença
373 ambiental. E obviamente isso, sem marco de planejamento, somos forçados, em verdade, a licenciar
374 uma a uma, na medida em que essas termoelétricas vão surgindo. Evidente, que isso é motivo de
375 preocupação para nós, e estamos tentando vislumbrar uma forma diferente de trabalhar em
376 discussão tanto com a ANEEL, quanto com a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações aqui do
377 Estado. Mas essas questões são de preocupação da Fundação e achamos que elas merecem
378 efetivamente um debate crítico, particularmente, como destacou o Prof. Lewgoy, o caso das usinas,
379 a Jacuí I, sem dúvida nenhuma, pela localização e pelo histórico desse empreendimento, que é um
380 histórico bastante complexo. Nós adotamos, repito, mesmo já tendo havido um acordo entre o
381 Governo do Estado e Eletrosul, por reabrir novamente o debate, na expectativa de que nós possamos
382 fazer um debate crítico mesmo. Ainda não conseguimos e temos todo o interesse em fazê-lo.
383 Estamos tentando marcar para março a nova audiência pública, e repito, neste prazo, mesmo já
384 tendo passado o prazo oficial de manifestação de EIA-RIMA, a FEPAM continua aberta à análise e
385 críticas e o EIA-RIMA continua à disposição na FEPAM. Continuamos abertos a manifestações e
386 vamos considerá-las. **Sr. Luiz Oscar de Mello Becker:** gostaria de dar um esclarecimento sobre a
387 situação do abastecimento de energia elétrica do Estado, em particular, sobre os projetos das
388 térmicas a gás, que vão ser implantadas na Grande Porto Alegre. O Estado, agora no dia 12 de
389 dezembro, atingiu o recorde no pique de demanda, ou seja, o pique de potência solicitada do sistema
390 de abastecimento, com 3.800 Megawatts. E 67% desta potência foi fornecida a partir do sistema
391 brasileiro, ao norte do Estado, vindo de Itaipu, e de outras usinas, por três linhas de alta tensão.
392 Essa situação de dependência do Estado é muito grave, não por ser uma dependência econômica, já

393 que vivemos no mesmo País, mas por estarmos na ponta de um sistema de distribuição. Somos os
394 últimos, no Brasil, a sermos atendidos. E a situação no sudeste do Brasil, particularmente, é crítica.
395 Vocês devem ter acompanhado os apagões que têm acontecido no Rio de Janeiro, de dezembro até
396 agora, praticamente todos os dias. Uma outra observação: o sistema elétrico brasileiro é,
397 efetivamente, planejado e operado de uma forma centralizada pela ONS e pela ANEEL. A ONS é a
398 Operadora Nacional do Sistema, que destina, por meio dos vários ramais de distribuição de energia
399 elétrica, a energia elétrica para onde é necessário. E a ANEEL é a Agência Nacional Reguladora de
400 Energia Elétrica, que cumpre as funções do DNAE – Departamento Nacional de Águas e Energia
401 Elétrica, que era subordinado ao Ministério de Minas e Energia. Em 1998, no verão de 97 para 98,
402 houve vários cortes de energia no Estado porque a demanda de potência já não era atendida,
403 suficientemente, pelo abastecimento da rede como um todo. E isso já foi resultado de dez anos sem
404 qualquer investimento nas redes de transmissão e na capacidade de geração, não-só no Estado como
405 no sudeste brasileiro. E o Governo atual, o nosso Governo, quando tomou posse em janeiro de 99, já
406 enfrentando essa situação crítica, planejou um programa de emergência a ser implantado durante o
407 ano de 99 para evitar os blecautes na passagem de 99 para 2000. Esse programa exigiu
408 investimentos de mais de U\$150.000.000,00 e que foram bancados pela Eletrobrás, pela CEEE,
409 pelas concessionárias privadas, pela CGTE, etc. Foram implantadas linhas de transmissão, novas
410 subestações de transformação de energia elétrica, capacitores, etc. Conseguimos passar o verão de
411 99/2000 sem problema. Estamos também ultrapassando esse verão de 2000/2001 espero que sem
412 problemas. Agora, estamos vivendo numa situação de extremo perigo. Ou seja, qualquer
413 complicação que der em qualquer das usinas em operação ou qualquer das linhas de transmissão que
414 venham do norte vai-nos levar a racionamento, a apagões, etc. Então, está sendo feito um segundo
415 plano de emergência. E esse segundo plano de emergência visa a nos proteger de problemas no
416 verão de 2001 para 2002. No médio prazo, estão contempladas essas usinas térmicas,
417 particularmente as usinas térmicas a gás aqui na região da Grande Porto Alegre. Agora, o que é
418 absolutamente necessário, e que está contemplado nesse plano de emergência para o verão de
419 2001/2002 é a entrada em ciclo aberto da Térmica da REFAP, dos 160 Megawatts, ou seja, o Estado
420 conta com esses 160 Megawatts para o abastecimento no verão de 2001/2002, é uma prioridade
421 absoluta do Estado. Essa Térmica que está em ciclo aberto, seria uma turbina, com 160 Megawatts,
422 ela vai passar em 2004 a ter mais outra turbina a gás e uma turbina a vapor fechando um ciclo
423 combinado. E depois, se houver interesse, a gente pode falar o que é ciclo aberto e o que é ciclo
424 combinado. E com o ciclo combinado ela vai passar a ter 500 Megawatts. E estão projetadas
425 também a Termo Gaúcha, que a Dra. Dolores citou há pouco, e a Termosul, também citada pela
426 Dra. Dolores, que no mesmo sistema de ciclo combinado, vão fornecer a Termo Gaúcha 500
427 Megawatts e a Termosul 750 Megawatts. E já temos em funcionamento, em ciclo combinado, em
428 Uruguiana, agora, a Termoelétrica de Uruguiana, que tem 600 Megawatts de potência nominal em
429 ciclo combinado. Agora, por que instalar ao redor de Porto Alegre essas usinas todas e não espalhar
430 pelo Estado? Pelo seguinte: o sistema de transmissão apresenta perdas e interações elétricas muito
431 complexas, o que faz, por exemplo, que os 600 Megawatts da usina de Uruguiana, se considerados
432 pelos consumidores de Porto Alegre, eles passam ser por volta de 200 Megawatts, ou seja, uma
433 usina de 600 Megawatts em Uruguiana, ela só tem condições, por todo o sistema de transmissão,
434 de colocar 200 Megawatts a serem utilizados aqui na Grande Porto Alegre, que é o grande centro
435 consumidor do Estado. E vemos que é absolutamente necessário termos essa usina de 160
436 Megawatts da localizada na REFAP e agora no final de 2001. Agora, também é necessário que até o
437 final de 2003 nós tenhamos, pelo menos, mais uma usina de 500 Megawatts a gás instalada, e
438 depois, até 2005, mais essa outra de 750 Megawatts instalada. A doutora geóloga falou que
439 realmente a térmica a gás não que não seja poluente, ela é menos poluente que a de carvão. Ela é
440 muito menos poluente que a de carvão. Mas, atualmente, em termos de grande potência, é o sistema
441 de transformação para energia elétrica menos poluente que existe. Agora, nenhuma energia elétrica

442 é de graça. A gente falar em conservação de energia é uma espécie de redundância, que energia não
443 precisa ser conservada. A energia existe, a energia é justamente aquela grandeza fixa cuja
444 quantidade se mantém constante em qualquer transformação. Agora o que é preciso haver é energia
445 transformável, disponível, e para a energia que existe ser transformável ou disponível, ela implica
446 desequilíbrio, ou seja, é preciso haver com desequilíbrio já existente ou introduzido na natureza
447 para a gente ter energia transformável. No momento que a gente quer utilizar algum tipo de energia,
448 no momento que se quer “produzir” algum tipo de energia utilizável, vai-se incorrer em
449 desequilíbrio. Esse desequilíbrio poderá ser maior ou menor. Era maior no século passado, quando
450 se utilizava carvão, e passou a ser menor, quando se utilizou o petróleo, e está passando a ser menor
451 quando se utiliza gás e tomara que a gente consiga desenvolver tecnologias que causem menos
452 desequilíbrio. E já existem essas tecnologias, mas são muito caras para a gente poder também
453 ultrapassar essa fase do gás e do petróleo. Uma boa sugestão, uma boa perspectiva nos é dada pelo
454 fato de que as jazidas de carvão deixaram de ser exploradas, em grande parte, e existem jazidas de
455 carvão em muito maior quantidade do que as jazidas de petróleo. Mas as jazidas de carvão estão
456 progressivamente nos países mais desenvolvidos deixando de ser usadas. E deixaram de ser usadas
457 totalmente na Inglaterra. Estão deixando de serem usadas na Alemanha e Europa. Agora, nos
458 Estados Unidos, ainda mais de 60% de energia elétrica é produzida por carvão. Mas, com o
459 petróleo, o carvão está deixado de lado. E se espera que um tempo o petróleo também seja deixado
460 de lado e o gás também deixado de lado, e isso é uma perspectiva que historicamente é razoável.
461 Com relação a poluição das termoelétricas a gás. Qualquer termoelétrica produz efluentes gasosos,
462 mas a termoelétrica a gás, primeiro, pela composição do combustível e segundo, pela tecnologia e
463 pela temperatura de chama, ela emite menos gases nocivos, como o dióxido de nitrogênio. E essas
464 termoelétricas novas, que se pretendem implantar aqui, emitem menos de 200 ppm de dióxido de
465 nitrogênio. Agora, elas consomem água, isso é inevitável, em qualquer usina térmica. Ou seja, a
466 água que é coletada no rio evapora toda, não é parte dela, e também houve um progresso bastante
467 grande nos últimos 20 anos e que faz com que essa água coletada seja coletada em quantidades bem
468 menores. Mas é um fato, é um problema que tem que ser enfrentado. Agora, por outro lado, nós não
469 podemos deixar de ter energia elétrica, e se espera que no fim desse ano se tenha pelo menos uma
470 usina termoelétrica a gás funcionando. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** a Mesa esclarece que abriu
471 uma exceção pela importância do esclarecimento. **Sr. Arno Leandro Kayser:** uma
472 complementação em termos de outras fontes de energia que vêm sendo feitas, e a gente sabe que há
473 tecnologias, no Estado do Ceará, eólica incorporada ao sistema e o potencial do Estado do Rio
474 Grande do Sul é bastante semelhante ao Estado do Ceará. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** a Mesa
475 constata inclusive a necessidade de aprofundarmos essa discussão aqui dentro do Conselho. Mas
476 temos dois níveis para discutir essa questão. Uma, é a questão mais ampla da matriz energética, pois
477 há uma questão consolidada que é a entrada do gás e os gasodutos, o licenciamento das
478 termoelétricas a gás. E nesse contexto se trata da ponta do iceberg que é a definição da mudança da
479 matriz energética. E tem esse nível e tem o nível dos licenciamentos individuais de cada uma dessas
480 termoelétricas e que tem detalhes diferenciados de localização e de tecnologia. E demanda um
481 tempo para uma discussão mais detalhada. E me parece que uma das questões que nós vamos ter
482 que estabelecer aqui é um encaminhamento no sentido de como fazer essa discussão
483 importantíssima. A Mesa inclusive sugere, e consulta aos conselheiros sobre a possibilidade de
484 convidarmos a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações para se fazer uma apresentação de
485 todos os projetos que estão sendo desenvolvidos no Estado, inclusive aqueles na busca de utilização
486 de energias alternativas, porque nós sabemos que há projetos da Secretária de Energia, Minas e
487 Comunicações no sentido do aproveitamento da energia eólica, também de resíduos de arroz,
488 cavacos de madeira, na Metade Sul do Estado, energia solar também em áreas rurais, então, há uma
489 série de projetos, e essa questão da crise energética do Estado, das alternativas que estão sendo
490 pensadas em nível estadual e em nível federal, pois como foi destacado, várias dessas termoelétricas

491 foram definidas em nível federal, estão dentro do programa prioritário de termoeletricas. Então,
492 nesses dois níveis, poderíamos começar a nossa discussão, convidando então a Secretaria de
493 Energia, Minas e Comunicações no sentido de fazer uma apresentação para o Conselho, e
494 poderíamos convidar também a Direção da CEEE para que comparecesse aqui e fizesse essa
495 conversa conosco, pois o setor elétrico no Estado não envolve só a termoeletricidade. Temos
496 também projetos hidrelétricos importantes, tanto na Bacia do Uruguai, em andamento, e é uma
497 região que nos preocupa bastante, e dentro do Estado. Por exemplo, o Complexo Taquari-Antas, que
498 foi autorizado pela ANEEL agora há pouco tempo e que temos encaminhamentos diferenciados e
499 que foram bastante diferenciados do que foi feito no passado em termos de licenciamento de
500 hidrelétricas aqui na FEPAM. Então, e temos o interesse em discutir isso em profundidade com o
501 Conselho, e é uma questão realmente importante, e diria para os senhores conselheiros que hoje,
502 sem dúvida alguma, a pressão de licenciamento na FEPAM de empreendimentos novos vêm do
503 setor elétrico, porque essa é uma questão hoje importante para o Estado, e obviamente tem uma
504 importância enorme do ponto de vista ambiental também. Consulto o Plenário se nós prosseguimos
505 na discussão ou se nós tratamos agora de achar um encaminhamento para discutir essas questões
506 que são mais gerais, para que pudéssemos abrir um espaço para a avaliação da CONFEMA que é
507 uma questão importante também. **Sr. Arno Leandro Kayser:** acho que a tua proposta é isso aí
508 mesmo, tem que abrir a discussão para uma matriz energética. **Sr. Luiz Oscar de Mello Becker:** só
509 gostaria de dar uma notícia quanto a energia eólica. A energia eólica na Alemanha, por exemplo,
510 tem mais de 4.000 Megawatts instalado, ou seja, é três vezes a potência instalada de geração aqui no
511 Estado do Rio Grande do Sul total. E a Secretaria de Energia está iniciando um mapeamento eólico
512 no Estado, já em 36 pontos. E já há duas turbinas eólicas funcionando no Estado, mas com uma
513 potência total de 3 Kwatts, embora em escala diminuta. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** a Mesa
514 consulta o Plenário se podemos encaminhar um convite à Secretaria de Energia, Minas e
515 Comunicações para que nos apresente a situação atual do Estado e o planejamento. Evidentemente,
516 há questões que hoje estão mais sobre controle do IBAMA, em termos de licenciamento de
517 termoeletricas e hidrelétricas no Uruguai, mas começaríamos essa discussão da matriz energética
518 com um convite a CEEE e a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, para que viesse a
519 discutir, com o Conselho, o planejamento do Estado, como está a situação do Estado hoje, o que
520 está sendo pensado mais no detalhe. **Sr. Flávio Lewgoy:** queria lembrar que há um eminente
521 especialista em energia, um engenheiro que fez um plano, há uns anos atrás, e nunca mais ouvi
522 falar, mas esse plano ia instalar pequenas geradoras e ia prever a utilização de painéis de voltaicos
523 em lugares onde não houvesse, e isso ficou no esquecimento, nunca mais se falou. E este
524 personagem é um professor da UFRGS, não sei se está aposentado, mas certamente está em Porto
525 Alegre, creio eu, e é o Engenheiro Anildo Mustotti, que parece estar trabalhando na ULBRA. Mas
526 ele pode ser convidado para trazer o projeto que ele elaborou naquela época, que não se limitava a
527 uma região do Estado, era um projeto que abrangia todos os pontos, inclusive de moinhos, que
528 podiam ser transformados em pequenas miniusinas, que somadas, dariam um potencial muito
529 importante. E acho que esse convite poderia ser feito, e o engenheiro certamente conseguiria expor
530 o seu plano, deve estar arquivado em algum lugar na Secretaria de Energia e é importante que nós
531 discutamos e ouçamos as pessoas que têm contribuições a dar, porque essa ampliação de escala no
532 uso do carvão é extremamente preocupante, e poucas fontes de energia são mais poluentes e têm
533 impactos mais desastrosos. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** a Mesa consulta o Plenário se podemos
534 encaminhar então o convite à Secretária de Energia, Minas e Comunicações, vamos analisar a forma
535 de fazer um contato com o Prof. Mustotti, e ver a forma de utilizarmos o seu conhecimento nessa
536 discussão aqui. Há concordância do Plenário quanto a este encaminhamento? **Sra. Kathia Maria**
537 **Vasconcellos Monteiro:** essa questão de Jacuí I e Candiota também teria que ser aprofundada
538 dentro do CONSEMA, e essa questão da política energética, essa demanda já saiu naquele
539 seminário que fizemos no ano passado, mas acredito que o CONSEMA deveria ter uma discussão

540 mais aprofundada nesta questão de Jacuí I e Candiota e trazer para cá o que é Jacuí I, o que vai gerar
541 de resíduos, qual é a tecnologia utilizada, qual é a posição da FEPAM, o que pode ser melhorado, há
542 tecnologia melhor, não existe, o que isso vai representar para a região metropolitana, e a mesma
543 coisa para Candiota. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** no momento, conselheira Kathia, a nossa
544 principal preocupação em relação a Jacuí I é promover um debate público crítico. E confesso que
545 não temos tido, apesar de nossos esforços, sucesso. E por isso que estamos marcando essa audiência
546 pública em Porto Alegre, e pretendemos enviar convite a todos os conselheiros e pessoas que
547 participem. E se o Conselho assim considerar, podemos também fazer um convite a Gerasul para
548 que venha apresentar um projeto diretamente ao Conselho e seus conselheiros, se assim o Plenário
549 entender. E não vemos nenhum óbice a esse encaminhamento, se assim for deliberado pelo
550 Plenário. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** entendo que uma discussão no CONSEMA
551 com um grupo restrito de pessoas, é muito mais proveitoso do que uma reunião em audiência
552 pública, onde, muitas vezes, as opiniões são políticas e não técnicas. E gostaria de ver uma
553 apresentação do assunto Jacuí I e Candiota no CONSEMA para que a gente possa debater esse
554 assunto e conhecer o que a FEPAM está pensando sobre isso, porque esse posicionamento da
555 FEPAM sobre esse assunto não vai ser colocado na audiência pública. E a minha idéia é fazer uma
556 discussão mais qualificada com um grupo menor de pessoas. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** a
557 audiência pública em Porto Alegre vai ser realizada de qualquer forma, temos a certeza de que em
558 Porto Alegre vai haver um debate crítico sobre a Jacuí I, já que os benefícios estão muito
559 concentrados na região de Charqueadas e evidentemente lá o interesse é muito grande para que o
560 empreendimento aconteça. E também não vemos problema algum, repito, se for deliberado pelo
561 Plenário do CONSEMA que nós façamos um convite para que a Gerasul venha debater o projeto de
562 Jacuí I, aqui no Conselho com os senhores conselheiros. As duas questões são independentes. E a
563 audiência pública é uma avaliação nossa dentro processo de licenciamento ambiental e o Conselho
564 evidentemente tem toda a prerrogativa de chamar aqui para prestar esclarecimentos sobre projetos
565 que estão sendo propostos. E consulto o Plenário de chamarmos aqui a Gerasul para que façamos
566 um debate sobre o que pretende a Gerasul e que tecnologias pretende usar nesta tentativa de
567 viabilização do empreendimento que já tem quase 20 anos aqui no Estado. **Sr. Antenor Pacheco**
568 **Netto:** pelo que entendi, a proposição da conselheira Kathia é que a FEPAM faça essa apresentação,
569 talvez por seus técnicos. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** a FEPAM não é autora do projeto, a
570 FEPAM vai estar presente manifestando a sua opinião, mas me parece que a apresentação do
571 projeto tem que ser por parte daquele que o propõe. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:**
572 mas quero ressaltar que é importante a gente ter a posição da FEPAM e que a FEPAM possa fazer
573 os esclarecimentos técnicos, pois a maior parte dos conselheiros não têm sobre esse assunto. **Sr.**
574 **Nilvo Luiz Alves da Silva:** nós vamos estar presentes, mas achamos que esses esclarecimentos são
575 de responsabilidade do empreendedor apresentar. O papel de prestar esclarecimentos à sociedade
576 sobre o empreendimento que está sendo proposto é também obviamente o empreendedor, não é uma
577 responsabilidade exclusiva do órgão ambiental, é também do órgão ambiental. Podemos encaminhar
578 assim, conselheira Kathia, um convite à Gerasul para que ela venha na primeira reunião de março, já
579 que este é um licenciamento em andamento, e venha ao Conselho para debate do seu projeto de
580 Jacuí I. Então, temos dois convites: **um convite à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações**
581 **para que discutamos a questão da matriz energética, o planejamento do setor elétrico no**
582 **Estado e um convite específico para a Gerasul, para que venha debater exclusivamente o**
583 **projeto Jacuí I** com os conselheiros. E me parece que o convite à Gerasul é anterior ao convite
584 mais geral, já que é esse um processo de licenciamento que está em andamento, e me parece que é
585 mais importante que façamos a discussão primeiro, no dia 15 de março, e deixamos a discussão com
586 a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações para a segunda reunião do próximo ano. Há
587 consenso entre os conselheiros sobre esse encaminhamento? (SILÊNCIO.) Então, a Mesa vai
588 encaminhar o convite, diretamente, à Gerasul e também a Secretária de Energia, Minas e

589 Comunicações. Passamos então para o último ponto da pauta de hoje, que é: **Balanco da**
590 **Conferência Estadual de Meio Ambiente**. Pediria para o Eugênio Spengler, que foi o coordenador
591 da CONFEMA, que fizesse então a sua apresentação. **Sr. Eugênio Spengler:** boa-tarde a todos os
592 conselheiros e conselheiras. Vou ater-me a algumas informações que acho que são importantes, que
593 dizem respeito ao processo de organização da CONFEMA, como é que ocorreu esse processo e é
594 importante contextualizar que o Conselho Estadual de Meio Ambiente formou uma Comissão
595 Coordenadora, que foi composta por cinco entidades representativas do Conselho, com a
596 coordenação da SEMA, tinha representante dos organismos ambientais não-governamentais, das
597 ONGs, do setor produtivo privado, da FIERGS, as universidades e uma representação dos
598 municípios, que eram cinco membros, na verdade, que formaram uma Comissão Coordenadora que
599 teve a incumbência fundamental de organizar e dar prosseguimento ao processo de organização e
600 consolidação da Conferência. Por deliberação também do Conselho, a Conferência foi organizada, e
601 isso não é novidade para ninguém, a partir de onze pré-Conferências regionais, com a temática geral
602 de “Estratégias para o desenvolvimento sustentável no Rio Grande do Sul”, propôs nove temas,
603 subtemas num primeiro momento, que durante o processo de realização das pré-Conferências,
604 matriz energética foi incorporada ao processo de desenvolvimento sustentável, e a municipalização
605 da gestão ambiental e estruturação do sistema estadual de proteção ambiental também passaram e se
606 tornaram um tema único. Restando para a Conferência Estadual sete temas que foram discutidos
607 nesse processo. Quero projetar, apesar que a grande maioria de vocês já conhecem, em lâmina, o
608 perfil do que foram as onze pré-Conferências regionais, e esse perfil também aponta para o que foi a
609 plenária final da Conferência dos dias 02 e 03 de dezembro. O primeiro dado importante é o
610 seguinte: tivemos nas onze pré-Conferências duas mil e seiscentas e sessenta e uma pessoas
611 presentes, e entre elas fizemos o levantamento em percentual: tivemos 6,01% dos participantes
612 representantes de ONGs ambientais. O primeiro esclarecimento importante aqui é o seguinte: é
613 possível, e principalmente na questão dos Comitês de Bacias houve muito mais gente, só que as
614 pessoas não se identificavam na presença. É possível que tenha existido, tanto é que nós temos o
615 maior índice de 26,04% de Outros, e esses Outros, o termo utilizado não é correto. São aquelas
616 pessoas que não se identificaram com nenhuma entidade daqui. São pessoas da sociedade que
617 estavam lá participando ou que eram representantes de alguma entidade e que não disseram isso no
618 momento do credenciamento. Por isso que esse índice, o Item Outros representa 26,04%. E são
619 pessoas que estavam participando e não se identificaram, e há muita gente de Comitês de Bacias,
620 talvez tenha, e com certeza tenha pessoas de universidades, tenha pessoas de ONGs, tenha pessoas
621 de Governo e prefeituras acho difícil, e as pessoas se identificam mais facilmente. E é importante
622 entender o que significam os Outros, e não é uma coisa solta, mas são pessoas que não se
623 identificaram enquanto representantes de entidades. E aí também existem muitas pessoas
624 representando associações comerciais industriais, entidades produtivas e assim por diante. E
625 tivemos 6,01% de ONGs, 11,88% de Prefeituras, representantes das Prefeituras Municipais, 7,48%
626 das Universidades, 1,92% representantes do OP. E aqui tem um outro detalhe importante: muita
627 gente do OP está em 26,04%, e 23,64% de órgãos públicos. E o que são órgãos públicos? E aí não
628 entram Prefeituras, são órgãos públicos estaduais. Uma incidência muito grande de participação da
629 CORSAN, da EMATER, as Coordenadorias Regionais de Agricultura, Brigada Militar, Escolas,
630 principalmente professores. E aqui vale uma observação também: não fizemos divulgação entre
631 alunos e quem participou das Conferências percebeu isso. A única Conferência que teve uma
632 participação bastante elevada de alunos de escolas de 2º grau foi a região de Alegrete, que foi um
633 processo que eles mobilizaram lá por si só, a própria comissão fez. Mas, os destaques para a
634 Brigada Militar, para a EMATER, para o pessoal ligado à agricultura e para o pessoal da CORSAN,
635 entre outros aí. E depois tivemos 0,19% que são os COREDES, e 0,6% são os Comitês de Bacias. E
636 aqui também vale a observação. Em todas as onze pré-Conferências nós tivemos representação dos
637 Comitês de Bacias. Só que muitas vezes quem se identificava como Comitês de Bacias era o

638 coordenador, a pessoa que coordenava a Comissão Provisória, com certeza, muitas pessoas que
639 estão identificados como Outros tinham ou têm ligação conselheiros com os Comitês de Bacias. E é
640 importante ter esse quadro, porque ele se reproduz entre os 500 participantes da Conferência
641 Estadual de Meio Ambiente dos dias 02 e 03 de dezembro. Os 14% são escolas. É importante esse
642 gráfico pois ele aponta em nossa leitura que nós, enquanto Secretaria fazemos? De que além
643 daqueles setores que tradicionalmente trabalham a questão ambiental, e aí ressaltando a importância
644 em todo o processo histórico de construção das ONGs, dos movimentos ambientalistas aqui no
645 Estado do Rio Grande do Sul, da participação das universidades, além de todos esses movimentos
646 que historicamente representam, puxaram a discussão ambiental no Estado, novos atores começam a
647 participar e tomam espaço nesse processo. E isso é extremamente importante, que aqueles que
648 tradicionalmente se envolveram e discutiram somam-se outros, apontando justamente para o
649 envolvimento de pessoas de todos os setores, de todos os grupos e de todas as camadas sociais, que
650 demonstra que a questão ambiental passou, ela hoje permeia a discussão e podemos ter divergências
651 na ótica, onde se quer chegar, mas que a discussão ambiental passa e permeia a discussão de todos
652 os grupos sociais. Então, um pouco é a interpretação que fazemos desse quadro, este é o perfil da
653 Conferência em nosso ponto de vista. Além desse aspecto do perfil da Conferência é importante
654 destacar algumas questões. Durante as pré-Conferências foi aplicado, e isso foi discutido também no
655 Conselho, foi discutido com a APEDEMA, um questionário pró-ONG, fazer um cadastramento das
656 ONGs no Estado. E nós temos um cadastro, e foi feita uma leitura e um levantamento de setenta e
657 seis questionários, e não é a totalidade. De setenta e seis ONGs já cadastradas, nós temos 28.785
658 pessoas filiadas ou associadas. E isso é um número interessante. Dessas setenta e seis ONGs desse
659 levantamento preliminar que estou passando aqui, até para dar um pouco o quadro, elas estão
660 presentes em 48 municípios do Estado, de todas as regiões do Estado. E aqui não tenho, para passar
661 para vocês, no mapa, quantas em cada região. Claro que com uma presença muito grande na região
662 metropolitana, e até há um número maior de pessoas, de problemas, é natural que se prolifere mais
663 também nesse processo. Todas elas trabalham, fundamentalmente, em oito setores principais:
664 educação ambiental, recursos hídricos, gestão ambiental, resíduos sólidos, setor florestal,
665 biodiversidade e comunidade jurídica. E há onze, dessas setenta e seis ONGs, que atuam
666 diretamente na questão jurídica, presente em entidades ou interferindo nesse processo. É um outro
667 dado importante que sai da Conferência e que é importante divulgar. E repito: isso aqui é um dado
668 preliminar, porque nós tivemos o preenchimento de mais de duzentos questionários e, no momento,
669 foi feito a leitura, a interpretação, e tabulamos essas setenta e seis entidades. Também há alguns
670 questionários que, numa primeira leitura, não são de ONGs. São pessoas que não entenderam direito
671 e preencheram e que talvez ficarão fora, mas haverá mais de setenta e seis, até porque há ONGs
672 conhecidas que não participaram, e isso não representa a totalidade. E esse é um outro dado que
673 acho importante passar, que foi possível trabalhar durante a Conferência. Um outro aspecto
674 importante que é quanto as principais deliberações da Conferência e quero iniciar primeiro pelo
675 seguinte: estamos num processo já encaminhando a sistematização total, definitiva do documento da
676 Conferência, a Comissão de Sistematização reuniu-se duas vezes, e a última vez foi no dia de
677 ontem, e definimos aí um sistema de trabalho onde, nesse momento, serão reagrupadas todas as
678 deliberações da Conferência, e é importante dizer que foram mais de trezentos pontos deliberados e
679 serão reagrupados. A Comissão de Sistematização entende que muitos itens deliberados podem ser
680 agrupados num único texto, num único parágrafo, tem que ser dada uma redação, até para não ficar
681 um documento pesado, todo ele solto, sem que se tire a identidade do que foi decidido, mas dar uma
682 redação, fazer um documento bem acabado, e que reproduza, com total fidelidade, aquilo que foi
683 deliberado durante a Conferência, mas que também se torne um documento fácil de ser lido e que
684 quem o receba consiga ler e aproveitar, e não se tornando um documento chato, que vá para o canto.
685 Então, a Comissão tem isso, e nós pretendemos concluir o trabalho de sistematização até o final de
686 janeiro, 31 de janeiro, para podermos imprimi-lo e a partir de março fazer um processo de

687 distribuição, e até mesmo nós temos que retornar às regiões onde foram realizadas as Conferências
688 para retomada da discussão. A Conferência não acabou dia 03. Ela tem toda uma segunda etapa que
689 é a rediscussão daquilo que foi deliberado e como é que vamos implantar esse processo. Até porque
690 ela não delibera só sobre ações do Estado. Ela delibera com relação a questão do municípios. E aqui
691 é importante destacar, num resumo rápido, como principais diretrizes, obviamente que isso aqui são
692 alguns pontos só. A CONFEMA deliberou, e estou tentando resumir aqui em três pontos
693 fundamentais: a necessidade de nós consolidarmos o processo da organização do sistema de
694 recursos hídricos no Estado e ela apontava para aprovação da lei já consolidada, da transferência do
695 Conselho do fundo e a criação de fato do Departamento de Recursos Hídricos junto à SEMA, o que
696 já está definido, com a aprovação da lei pela Assembléia, e já se operando todo o processo de
697 transferência, a garantia, associado a isso, de consolidação da organização dos Comitês de
698 Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, que garante como órgão de descentralização de execução
699 de políticas, que é um instrumento importante e já descentralizado, e a garantia de estruturação
700 desse processo. A transferência dos prós para a SEMA, dentro desse processo de estruturação toda,
701 e a criação de agência de região hidrográfica, pelo menos uma. E esse foi o indicativo que se teve.
702 Então, um dos pontos, assim em linhas gerais, que foram deliberados durante a Conferência. Um
703 outro ponto importante de deliberação foi a necessidade de estruturação do Sistema Estadual de
704 Proteção Ambiental – SISEPRA, e aí dois aspectos importantes: a questão da gestão compartilhada,
705 a garantia disso, todos os municípios são parte integrante do SISEPRA, a garantia de
706 municipalização, de descentralização e tal e a necessidade da qualificação dos órgãos da SEMA, e aí
707 apontando para a questão do concurso, a questão da regionalização da Secretaria e dos órgãos que
708 foram a Secretaria, sempre com o foco central na questão do licenciamento e da fiscalização
709 ambiental. É um segundo aspecto importante. E o terceiro aspecto importante, e peguei como
710 diretrizes importantes, está na articulação com as políticas setoriais de saneamento, principalmente a
711 questão dos resíduos sólidos, o programa voltado para a questão dos resíduos sólidos, e de
712 esgotamento sanitário. Em resumo, em linhas gerais, é óbvio que de trezentas e tantas deliberações,
713 há outras questões que este Plenário, com certeza, pode destacar que são importantes, mas um
714 quadro geral em cima disso. Uma outra questão importante que a Conferência aponta é no sentido
715 de que nesse processo de retomada das Conferências, nesse processo de descentralização da gestão
716 ambiental como um todo, nós possamos garantir a organização das Conferências Municipais de
717 Meio Ambiente, e a consolidação do processo de Conferências Regionais, já apontando isso para a
718 Conferência do próximo ano de 2002, de um processo um pouco mais descentralizado. Em resumo,
719 Nilvo, é isso, o quadro que a gente pode passar e são importantes as manifestações. **Sr. Nilvo Luiz**
720 **Alves da Silva:** muito obrigado, Eugênio. Ainda destacaria, o Eugênio fez um coisa *en passant*,
721 mas o aspecto das pré-Conferências regionalizadas e a riqueza das manifestações e a vontade de
722 participação do interior do Estado, realmente é um aspecto a destacar: A qualidade do debate e a
723 participação nas regiões do Estado que sempre foram pouco privilegiadas com oportunidade de
724 debates sobre as questões ambientais do Estado, ou pelo menos a partir do Governo do Estado.
725 Colocamos a palavra para disposição do Plenário para esclarecimentos e manifestações. **Sra. Carla**
726 **Maria Pires Rangel:** para complementar, foi um trabalho muito grande, diversas entidades, os
727 resultados foram muito bons, e o meu questionamento, e isso aí surgiu inclusive dentro da própria
728 FIERGS é tentar entender como é que essas diretrizes permeiam dentro do sistema, com se há as já
729 existentes, como exemplo, os Comitês de Bacias, que já têm as suas políticas, os seus programas,
730 algumas prioridades já definidas durante os trabalhos que estão sendo realizados, e como é que
731 essas coisas se conciliam, e como é que vocês estão vendo que isso vai entrar dentro das políticas do
732 próprio Governo do Estado e os Comitês de Bacias, que estão a definir as prioridades nas diversas
733 regiões. **Sr. Eugênio Spengler:** acho que depois o próprio Secretário pode complementar em cima
734 disso. Primeiro, é uma constatação importante, até porque tive a oportunidade de ler e reler várias
735 vezes as deliberações da Conferência e posso afirmar isso: nenhuma deliberação da Conferência é

736 contraditória às políticas, por exemplo, de Comitês de Bacias. A deliberação da Conferência,
737 mesmo aquelas deliberações que são específicas, e aconteceram algumas bem específicas, elas
738 passam a subsidiar o debate dentro dos Comitês de Bacias e aí dentro dos órgãos públicos do
739 Governo servindo com diretrizes. Elas não são contraditórias, elas são propostas, na grande maioria,
740 de diretrizes, elas apontam para a necessidade de construir políticas no sentido de garantir subsídios
741 para o debate. Por exemplo, o grande desafio dos Comitês de Bacias Hidrográficas é o plano de
742 bacia. Qualquer Comitê de Bacia pode utilizar-se do documento final da Conferência para
743 subsídios. Então, ele serve justamente para isso. E a mesma coisa no caso do Governo do Estado,
744 não-só dos órgãos ambientais do Governo do Estado, mas ele serve para subsidiar as políticas gerais
745 do Governo do Estado naquilo que é questão do desenvolvimento e na questão ambiental. **Sra.**
746 **Carla Maria Pires Rangel:** a decisão final é do Comitês de Bacias, ou seja, se houver algum
747 conflito, em termos de priorização de ações, a decisão é do Comitê? **Sr. Eugênio Spengler:** o Plano
748 de Bacia Hidrográfica faz parte de um processo, está inserido dentro de um processo de
749 desenvolvimento que se quer sustentar, e o Comitês de Bacias é um instrumento para a construção
750 de políticas de desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica. A Conferência não determina
751 ações específicas para este ou aquele lugar. Ela aponta políticas e diretrizes. Portanto, o Plano de
752 Bacia Hidrográfica, já que pegamos esse exemplo, vai no específico, e a Conferência não deliberou
753 sobre isso. Ela é geral, e por isso que esse debate fica um pouco prejudicado aqui, pois, na verdade,
754 quem leu de fato duas ou três vezes o documento fui eu, e por isso posso afirmar, com certeza, isso
755 aqui. As deliberações específicas de ações não afetam um possível Plano de Bacia, muito pelo
756 contrário, elas vêm para contribuir, e só para citar o Plano de Bacias. Nós podíamos citar isso para a
757 política energética, para qualquer outro setor da sociedade. **Sr. Sergio Cardoso:** a relação das onze
758 pré-Conferências que todos sabem, e a gente sentiu aqui em Novo Hamburgo, na questão da
759 mobilização, e ficou todo mundo no sufoco, das onze pré-Conferências, com certeza, a abrangência
760 não foi o quanto se esperava. A pergunta objetiva: após encerrar-se o processo, se pensa, como a
761 SEMA está pensando, das pré-Conferências municipais ou, num primeiro momento, vamos
762 incentivar as pré-Conferências por bacias, utilizando essa unidade, de repente para a preparação da
763 Conferência 2002 ou já começarmos uma discussão nesse setor, as comunidades dando incentivos
764 aos municípios para fazer suas pré-Conferências, e como está sendo pensado via Secretaria de Meio
765 Ambiente do Estado o apoio aos municípios para realizarem suas Conferências Municipais? **Sr.**
766 **Presidente:** em primeiro lugar, o comparecimento nas pré-Conferências foi maior do que nós
767 esperávamos. **Sr. Sergio Cardoso:** poderia ser melhor se tivesse mais pré-Conferência, o senhor
768 não concorda? **Sr. Presidente:** aí foi uma opção que o próprio Conselho fez em relação à
769 distribuição regional. E nós fizemos a Conferência no meio de um calendário eleitoral, tivemos
770 alguns prejuízos pontuais com isso, mas decidimos manter isso e, na média, o comparecimento foi
771 bem acima do que era a expectativa, principalmente em regiões com menor tradição nesta área,
772 considerado o fato de que nós ficamos seis anos sem Conferência e o processo que se fez foi muito
773 diferente dos anteriores quando tinha a Conferência. O Estado tem feito Conferências em várias
774 áreas, e que a saiba só dois processos foram maiores do que esse, em termos globais, que foi o da
775 saúde e da educação, que são áreas que têm uma tradição forte em relação a isso. E temos que
776 recolher, fazer nesse Conselho mesmo um balanço sobre a divisão regional, fizemos um acordo
777 preliminar que a gente usaria o critério de COREDES e OP, e havia à época uma sugestão de que o
778 critério fosse de Bacia, e achamos que foi correto, no balanço, trabalhar com esse critério regional.
779 E nós trabalhamos com a mobilização e a decisão da cidade-sede em cada região foi feita pela
780 própria região. A SEMA não impôs a cidade-sede. Foi por deliberação, em geral consensual, dentro
781 da região da Comissão Organizadora, que se decidiu, e essas Comissões seguem trabalhando, a idéia é
782 que elas sigam trabalhando. Em relação às Conferências Municipais, a nossa idéia é que a gente
783 trabalhe uma orientação geral para os municípios para que eles realizem Conferências Municipais
784 num mesmo período neste ano, porque a decisão final sobre a realização de Conferência Municipal

785 ou não é do próprio do município que tem autonomia para isso, e vamos trabalhar com uma
786 campanha de sensibilização, principalmente junto aos prefeitos, orientando as Prefeituras para
787 fazerem Conferências, achamos que isso vai ter um bom grau de aceitação, inclusive porque muitos
788 prefeitos que assumem agora estão conformando órgãos ambientais, embora em alguns casos
789 tivemos umas recentes experiências tristes de que as Câmaras de Vereadores reprovaram as leis de
790 criação de Fundo, Conselho e Estrutura, impedindo que o município promova a descentralização, e
791 foi o caso de Esteio, nessa semana, que a Câmara de Vereadores votou contra, por maioria, e
792 reprovou a estruturação do setor ambiental do município. **Sr. Eugênio Spengler:** só uma
793 informação complementar. Há uma demanda de municípios que estão falando em organizar e vários
794 já manifestaram interesse em organizar a Conferência. **Sr. Arno Leandro Kayser:** a gente fez uma
795 rápida avaliação preliminar dentro da APEDEMA, e não aprofundamos a discussão, mas a gente já
796 tem algumas coisas. O Movimento Roessler foi indicado pelas ONGs para substituir a ASEPAN de
797 Santa Maria, em princípio, até o próximo Encontro Estadual. E também não estava bem preparado
798 que esse assunto ia ser hoje tratado, senão poderia trazer mais claramente o que a gente anda
799 pensando. E não há a menor dúvida que foi um enorme de um avanço dessas Conferências, até
800 porque isso foi uma reivindicação que o movimento ambientalista apresentou para o Governo do
801 Estado em maio do ano passado, logo depois do Encontro Estadual, e que a comunidade das
802 entidades ambientalistas há muito tempo esperavam um evento com esse caráter, que foi o evento
803 que realizamos no ano passado, pois as Conferências anteriores eram pouco mais do que um ciclo
804 de palestras, que dizer, uma coisa mais para preencher coisas de calendário, que nem o plantio de
805 uma árvore, no Dia da Árvore. E esse caráter de discussão da questão ambiental, de democratização
806 acho um aspecto bastante positivo e claro que a gente está pagando um preço pelo fato desse vácuo,
807 e de estarmos realizando uma experiência dentro de uma dinâmica nova. Agora, a gente acha que
808 algumas coisas precisam ser aperfeiçoadas no sentido principalmente da participação. Os dados que
809 o Eugênio apresentou fazem a gente pensar. Praticamente 50% da participação dos prefeitos ou foi
810 de órgãos do Estado ou de prefeituras e das escolas, que a gente pode considerar, embora algumas
811 escolas funcionem quase que comum Estado a parte nos municípios, mas é o Estado, são setores
812 organizados do próprio Estado. E a gente sabe que a realidade é bem diferente, a realidade é que o
813 Estado é uma parcela ínfima, e isso mostra que nos próximos eventos tenham que talvez ter uma
814 divulgação maior, um processo maior de divulgação para mobilizar com mais satisfação. E é
815 interessante esse dado de que 26% das pessoas não declararam. Em princípio, são cidadãos que não
816 se consideram membros efetivos ou representativos de nada do que eles próprios. E é óbvio que
817 essas pessoas estão inseridas dentro da sociedade ou não em algum tipo de instituição, mas não tem
818 uma militância, não chegaram aquele estágio de chegar a concluir, e acho que isso é uma coisa que
819 se tem que ter muita participação do Estado, e acho que a gente precisa melhorar a divulgação
820 desses eventos, e acredito que essa rodada de devolução e também a questão de se promover
821 Conferências de nível municipal vai propiciar com que haja muito mais participação no futuro, mas
822 é uma coisa que temos que tem que se ficar antenado, que isso precisa melhorar, e tem que ter o
823 dobro da participação da sociedade, de preferência da sociedade organizada, e a gente tem que
824 perseguir com uma meta a ser apoiada, e 80% da participação tem que ser da sociedade, das mais
825 variadas formas de manifestação dela. Outra coisa que acho que a gente não ficou muito satisfeito
826 foi com a forma de distribuição temática. Acho que ela reforça uma idéia de um sistema que é
827 contrário a idéia da natureza. Na natureza as coisas estão interligadas. A floresta está ligada com o
828 rio, que está ligado com o problema urbano, e a gente tem que pensar, e nas discussões preliminares
829 que tivemos com a APEDEMA, com o Secretário, com o pessoal da organização, a idéia que a
830 gente tenha pensado, talvez não tenha ficado muito explícito, e que os temas sejam tratados como
831 inspiração para os grupos, mas deixar todos os grupos livres para tratar, pois acabou reforçando
832 alguns grupos, e a gente viu muitos grupos onde há setores muito organizados com visão setorial, no
833 caso, dos recursos hídricos, grupo de educação, e a discussão não avançou, e a gente tem que

834 encontrar mecanismos e a sociedade toda tem que perceber que a questão ambiental não é uma
835 questão setorial, mas é uma questão transdisciplinar, que nós temos que aprender a pensar, e há
836 pouco estava comentado com a Kathia, que a questão da matriz energética mostra que ainda o
837 Estado tem que avançar pelo sentido de ter um domínio das potencialidades naturais, o que é capaz
838 de uma determinada região absorver, e para aí sim nós fazemos um sistema de prevenção. E quando
839 a gente analisa um empreendimento, particularmente, sem considerar o contexto, uma termoelétrica,
840 um empreendimento qualquer em um determinada região, conforme a região, o impacto dela é
841 diferente, mesmo sendo exatamente uma usina de 500 Megawatts em Uruguaiana e aqui em Porto
842 Alegre, são duas coisas diferentes. E acho que temos que pensar, e nos reunir e o material
843 preparatório da Conferência tem que ajudar nesse sentido, de fazer com que a discussão seja uma
844 discussão realmente integradora, até para ter documentos muito mais enxutos, pois o produto disso
845 são documentos de referência, e são momentos de reflexão e que a sociedade é chamada para
846 discutir um tema e a partir daí tem um marco referencial para orientar todos os outros
847 pesquisadores, e outros atores da sociedade, a sociedade como um todo, na condição do seu
848 desenvolvimento. E isso são coisas que são colocadas no sentido de que precisam ser aperfeiçoadas,
849 entendendo todo o contexto, e que acho que são coisas que entendemos que precisam ser tratadas, e
850 isso é uma avaliação preliminar. A APEDEMA tinha pautada até para a reunião de ontem para se
851 discutir uma avaliação da CONFEMA mas não conseguimos ontem fazer, e isso está ainda a ser
852 feito, e a gente pretende inclusive marcar uma audiência com o Secretário, e talvez a gente possa
853 trazer essa posição numa reunião futura e que volte-se a tratar desse assunto. **Sr. Presidente:** em
854 relação aos comentários que o Arno fez. Nós todos tínhamos claro que é uma situação atípica você
855 ter uma pauta tão grande quanto teve essa pauta. Foi uma pauta composta, depois de muitas
856 negociações, o próprio Conselho aprovou, e é muito provável que uma nova Conferência tenha um
857 pauta um pouco mais dirigida. Nós tínhamos claro que uma pauta desse tamanho poderia gerar
858 dificuldades. Algumas coisas da pauta que a gente montou acabaram sendo redimensionadas dentro
859 da própria Conferência. Matriz energética, por exemplo, deixamos dentro de Políticas de
860 Desenvolvimento Sustentável e destacamos no roteiro, mas, na prática, em todas as Conferências
861 tivemos que juntar porque a demanda de pessoas para discutir isso era muito pequena, uma ou duas
862 pessoas sempre, enfim. Então, acho que o próprio Conselho tem que recolher essa idéia do tamanho
863 da pauta. **Sr. Arno Leandro Kayser:** e a forma de discutir, e acho que a questão não é tanto no
864 tamanho da pauta, mas a forma de discussão tem que se repensar, e que todo mundo se manifeste.
865 **Sr. Presidente:** a questão do método, a SEMA quer colocar aqui para o Conselho o seguinte: a
866 Comissão que esse Conselho formou para acompanhar todo o processo teve um funcionamento
867 muito aquém do esperado. E não tivemos nenhuma reunião com quórum pleno da Comissão. A
868 Comissão foi por voluntariado, aprovada aqui nesse Conselho e ela tinha responsabilidade sobre a
869 condução do processo e ela funcionou bastante aquém do esperado pela ausência de várias entidades
870 que entraram na Comissão, onde essa própria discussão da metodologia poderia ser feita, e isso é
871 um problema estrutural. Em relação à divulgação, a gente conseguiu no interior uma coisa que tem
872 muito peso que aqui na região metropolitana tem menos, que foi mídia de rádio. Todas as pré-
873 CONFEMAS regionais tiveram divulgação de rádio nas regiões. E que teve um efeito bem razoável
874 e nós tivemos um prejuízo de duas CONFEMAs, um pouquinho antes da eleição, e sempre tem
875 prejuízo, setores importantes estão envolvidos em campanhas, enfim, e tivemos depois da eleição
876 umas duas ou três em que havia o compromisso do Prefeito de dar toda a sustentação estrutural, e o
877 Prefeito perdeu a eleição e retirou todo o apoio estrutural, e tivemos alguns problemas que inclusive
878 as pré-Conferências regionais estiveram ameaçadas, e tivemos que fazer o deslocamento de uma
879 infra-estrutura da Capital para ir fazer a limpeza dos locais, pegar a vassoura, pois se não, não
880 haveria Conferência. E, obviamente, isso aí prejudicou também todo o processo de mobilização na
881 região, pois as Comissões Regionais contavam com o apoio estrutural das Prefeituras para poder
882 fazer a divulgação. E pelo que a gente aprendeu não é bom fazer concomitantemente com processos

883 eleitorais. Ordinariamente, temos que fazer em 2002, e estamos pensando em fazer no primeiro
884 semestre, pois como tem eleição para o Estado, isso pode ser mais prejudicial. Em relação à
885 metodologia das regionais e da própria Conferência final, acho que temos que refletir juntos isso.
886 Como é que você realiza um processo de discussão desse porte em plenários com 500, 600 pessoas
887 dividindo em grupos em que o grupo acaba tendo uma pauta tão ampla que ele não consiga, na
888 verdade, afunilar nada em termos de Resolução. Embora a gente ache que tem relevância, quer
889 dizer, havia demandas de intercruzamento entre os grupos, e pela decisão nossa de fazer as
890 Regionais em um dia, e isso ficou muito limitado, que talvez fosse o caso de fazer grupos temáticos
891 com os temas que nós fizemos e depois produzir o entrecruzamento antes de chegar na plenária
892 final, para não ficar tão segmentado ou tão especializado, de maneira que a gente evitasse a
893 conformação de grupos de interesses específicos que acabam trazendo proposições que são só dos
894 seus interesses corporativos. **Sr. Arno Leandro Kayser:** a gente teve discussões no grupo que
895 participei, de briga de setor de água subterrânea. **Sr. Presidente:** isso surgiu muito, e a gente acha
896 que no final acabou não tendo um prejuízo para as resoluções finais, mas surgiu muito. Em relação
897 à participação dos órgãos governamentais, concordamos com a idéia de que deva ter mais
898 participação social. Portanto, deve crescer em termos de participação social. Agora, do ponto de
899 vista bem objetivo, se a gente for analisar o processamento dessas informações, vamos ver que a
900 participação das estruturas regionais de Governo nas áreas tem muita importância, inclusive para a
901 integração e o desdobramento de ações futuras pós-Conferência. Na verdade, estamos falando aqui
902 sobretudo de estruturas governamentais descentralizadas que têm uma importância grande na
903 execução de políticas ambientais nas regiões e de alguns setores que não tinham muita tradição
904 nisso. A Brigada Militar participou, na média, acho que 10% dos delegados era do Batalhão
905 Ambiental, com uma intervenção bem qualificada no geral. A EMATER, que é um órgão que está
906 num processo de transição para entrar mais fundo nessa área ambiental, teve uma participação
907 grande, as delegacias da saúde também, as da educação também. Então, no geral, a representação
908 que entrou como oriunda de órgãos governamentais não era propriamente uma representação da
909 linha oficial do Governo do Estado. Tínhamos muitas pessoas que, na prática, estão mesmo
910 envolvidas na discussão ambiental e que acabaram-se colocando como delegados. Nós, inclusive,
911 num primeiro momento, chegamos a pensar em estabelecer uma regra que garantisse um teto
912 máximo de delegados governamentais para dentro da Conferência, a gente discutiu isso no
913 Regimento, e depois achou que isso não seria cabível, de qualquer forma, a proporção de presenças
914 de órgãos governamentais dentro das pré-Conferências regionais é bem maior do que o número de
915 delegados eleitos para a Conferência final, pois nós trabalhamos uma orientação, um indicativo de
916 um teto máximo de candidatos delegados ligados ao Governo do Estado para garantir essa
917 diversidade de representações da sociedade. E isso foi uma orientação política de Governo que
918 garantiu uma proporção que nunca foi superior a 35-40% dependendo de região para região, em
919 vários casos, inclusive nós orientamos as pessoas da EMATER, da Brigada, etc e tal, que
920 conversassem antes e enxugassem o número de candidatos porque você poderia ter uma distorção
921 na representação, em função de que os membros governamentais são muito conhecidos na região, e
922 as candidaturas eram individuais, e você ter uma súper representação do Estado em detrimento da
923 sociedade civil, com a própria civil votando nos representantes do Estado para virem para a
924 Conferência. E acho que isso foi mais ou menos equilibrado, é um ponto que tem que ser
925 considerado nas próximas Conferências, mas descontada essa questão da delegação, entendemos
926 que o saldo geral da presença de órgãos das estruturais regionais do Governo do Estado dentro do
927 processo da Conferência foi muito positivo, assim como foi o saldo da média, do número geral de
928 municípios presentes porque tem todo esse processo que se desdobra agora da capacitação dos
929 municípios, da descentralização e de a gente criar uma certa indução às Conferências Municipais
930 como uma linha de continuidade. E se nós conseguíssemos trabalhar por meio do Conselho um
931 indicativo geral e conseguíssemos realizar nesse ano 200, 250 Conferências Municipais de Meio

932 Ambiente, com certeza a gente vai chegar em 2002, para a próxima CONFEMA com uma base real
933 nas regiões muito do que a que nós tínhamos hoje, que acaba sendo primeiro a do Estado e depois
934 descendo para os municípios. E acho que pelas particularidades de ser retomada depois de um certo
935 tempo, ela tenha algumas questões que devem ser balanceadas durante o ano e na definição das
936 regras da próxima, dentro do Conselho, para fazer o aperfeiçoamento do processo, o
937 dimensionamento. Uma coisa que nós chegamos a pensar em fazer, mas o calendário não nos
938 permitiu seria paralelamente às plenárias regionais produzir um calendário de debates temáticos que
939 servissem como subsídio, trazendo grandes temas, onde há pouco aprofundamento e recolhendo
940 esses subsídios para a Conferência final, que é uma coisa que provavelmente a gente vai poder fazer
941 na próxima a partir de um processo mais planejado. **Sr. Arno Leandro Kayser:** pode pensar numa
942 estratégia também de provocação da gente, da sociedade, com uma circular com perguntas que
943 estimulasse instituições a fazerem debates. O Movimento Roessler fez uma discussão, dentro da
944 sua base, e tirou um documento que foi apresentado, provavelmente uma das poucas instituições
945 que apresentou um documento. E a gente pode pensar nessa linha, em perguntas, para instituições
946 que a gente acha que têm que participar, pois é uma forma de divulgar, começando a promover essa
947 discussão e chamar à discussão sobre alguns temas para alimentar essa discussão mesmo. **Sr. Nilvo**
948 **Luiz Alves da Silva:** é óbvio que estamos num processo de construção e é óbvio que as coisas têm
949 que ser melhoradas, e me parece que essa é uma base onde temos que começar o debate. Agora,
950 apenas fazer o registro que não se pode pensar o processo de participação como apenas um processo
951 de divulgação. Evidente, que a sociedade gaúcha, em algumas regiões, ainda está pouco mobilizada
952 para a questão ambiental, e as limitações de participação são limitações de organização da própria
953 sociedade que não vão ser resolvidas com um processo de divulgação. Não são resolvidas com a
954 abertura de espaços, como esse, de forma sistemática. E estamos na 1ª Conferência Estadual que
955 efetivamente busca a participação da sociedade e a ampliação da interlocução com atores que nunca
956 participaram desse debate, como, por exemplo, agricultores, pequenos agricultores rurais que se
957 incorporaram em algumas regiões, mas têm uma dificuldade grande ainda de fazer esse debate sobre
958 meio ambiente, que obviamente nós temos que trazê-los para esse debate. E há um esforço e as
959 limitações não são só divulgação, são limitações da própria sociedade que certamente uma das
960 causas é esse vácuo enorme que ficou e nós estamos construindo um processo novo e que não tem
961 tradição, é diferente de Conferências de Saúde ou de Educação que são feitas sistematicamente, já
962 tem aquele conhecimento. E fizemos um esforço grande de divulgação por meio de rádio e também
963 de entrevistas, ir na região e conversar. A segunda questão é que não pensamos o processo de
964 participação somente dentro das pré-Conferências e dentro da Conferência. É evidente que à medida
965 que se eleja delegados e que esse processo se institucionalize no Estado, evidente que entre as pré-
966 Conferências, a partir dos delegados eleitos, ocorra um processo paralelo na região de preparação
967 ainda na Conferência, não só nos momentos. E evidente que nesses momentos de um dia de pré-
968 Conferência e dois dias de Conferência não vá se esgotar o debate ambiental no Estado. **Sr.**
969 **Eugênio Spengler:** são importantes alguns dados em cima do que foi colocado. Primeiro, só para
970 ter um detalhe o quanto está sendo importante essa questão da Conferência e como é que esse
971 debate passa agora a fazer parte do dia a dia de algumas entidades. Duas universidades, a URI, por
972 exemplo, de Frederico Westphalen, solicitou-nos esta semana, uma cópia do documento porque eles
973 querem fazer o planejamento na área de meio ambiente da universidade a partir das resoluções da
974 Conferência. Então, é extremamente importante outras entidades, escolas, sindicatos que já
975 solicitaram, que querem basear algum tipo de programa e algum tipo de atividade, do seu
976 planejamento anual a partir daquilo que foi discutido e deliberado na Conferência. E só conta para
977 um aprofundamento e para uma continuidade muito grande. Além disso, aquilo que já foi frisado
978 pelo Secretário e pelo Nilvo, estamos retornando às regiões, a partir de março, justamente para
979 reunir os delegados e as pessoas que participaram para retomar esse debate em cima do documento e
980 das deliberações. Esse processo terá continuidade, com certeza, e é por aí que a gente vê a

981 possibilidade de se consolidar o debate e o avanço em cima da compreensão do que é o processo de
982 desenvolvimento, como é que se dá a relação com o ambiente, e todas as questões aí. **Sr. Nilvo Luiz**
983 **Alves da Silva:** destacamos que vamos fazer um apelo aos conselheiros de que vamos enviar
984 convites particulares sobre a questão da audiência pública da Jacuí I e contamos com a participação
985 de todos. É importante esse debate e nós vamos tentar dar bastante publicidade e convites
986 individuais para os conselheiros e para alguns setores sociais importantes neste debate que temos
987 todo o interesse em promover. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** queria fazer, se não for uma
988 proposição, um pedido ou uma sugestão quando tivéssemos quórum para que pudéssemos deliberar.
989 Solicito que a SEMA envie aos conselheiros, toda a vez que houver uma solicitação de um EIA-
990 RIMA, que haja sistematicamente nas convocações das reuniões do Conselho, que seja enviado aos
991 conselheiros, pois tanto as solicitações de licenciamento, por parte dos empreendedores, que
992 necessitam de EIA-RIMA, tanto quanto da chegada de EIA-RIMAS que estarão à disposição do
993 público bem como dos conselheiros. Eu, particularmente, com a questão de Jacuí I, fiquei sabendo
994 assim de uma forma institucional da existência da audiência pública e também não sabia que existia
995 o EIA-RIMA na FEPAM, que estava em análise. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** o instrumento
996 legal para isso são os editais públicos. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** estou fazendo uma solicitação
997 de um pedido que talvez a gente venha a discutir na próxima reunião. **Sr. Nilvo Luiz Alves da**
998 **Silva:** só relato para o conselheiro da Secretaria de Obras que nós estamos reformulando a página
999 da internet e a nossa intenção é que todos os processos com EIA-RIMA sejam viabilizados ao
1000 grande público, não só aos senhores conselheiros, a informação de que processos estão sendo
1001 licenciados e que EIA-RIMA estão à disposição da população em geral. É nossa intenção fazer, e
1002 obviamente que os conselheiros vão ter acesso a isso e tem sido nossa geratriz relatos verbais aos
1003 senhores conselheiros na reunião chamando a atenção para as audiências públicas. Temos todo o
1004 interesse em promover esse debate, é a nossa diretriz, mudando procedimentos históricos adotados
1005 dentro da Fundação. Agradecemos, portanto, a presença dos senhores conselheiros, até a próxima
1006 reunião de março, vamos fazer o convite à Gerasul para debate dentro do Conselho sobre a proposta
1007 da Jacuí I, como deliberado hoje. Bom descanso a todos e, permanecemos aqui durante os meses de
1008 verão, e qualquer questão que os senhores conselheiros queiram debater conosco estaremos à
1009 disposição. Até março. Encerram-se os trabalhos às 17h.